Direcção-Geral da Administração Pública

Aviso n.º 3988/2006 (2.ª série). — Concurso interno de acesso misto para especialista de informática do grau 3, nível 1. — 1 — Concurso — autorizado por despacho de 7 de Fevereiro de 2006, da directora-geral da Administração Pública, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, encontra-se aberto concurso interno de acesso misto para a categoria de especialista de informática do grau 3, nível 1, da carreira de especialista de informática.

Serviço e local de trabalho — Direcção-Geral da Administração Pública, em Lisboa.

2 — Número de lugares — nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do mesmo Decreto-Lei n.º 204/98, foram fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — um lugar destinado a funcionários pertencentes à dotação global da carreira de especialista de informática;
Quota externa — um lugar vago para funcionários da carreira de especialista de informática não pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública.

3 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento dos lugares mencionados, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Área funcional — informática.

5 — Composição do júri:

Presidente — Engenheira Maria Teresa Ressano Garcia Vasques Castel-Branco, subdirectora-geral.

Vogais efectivos:

Dr.ª Esmeralda da Conceição Tavares Carvalho, directora de serviços, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Maria do Céu Freitas, assessora principal.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Helena Gouveia da Silva Azevedo, especialista de informática do grau 3, nível 2.

Dr. Armindo Nobre Monteiro, especialista de informática do grau 3, nível 2.

6 — Método de selecção — concurso de prestação de provas nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

6.1 — A prova de conhecimentos específicos revestirá a forma escrita e terá a duração máxima de 120 minutos, incidindo sobre as matérias referentes aos temas abaixo indicados, e constantes do programa de provas aprovado pelo despacho n.º 9266/2004 da directora-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 10 de Maio de 2004, a p. 7251:

Gestão da informação e conhecimento da organização;
Planeamento e gestão de projectos informáticos;
Metodologias e técnicas de desenvolvimento de sistemas;
Telecomunicações e redes de comunicação de dados;
Gestão e administração de sistemas, base de dados e redes de comunicações;
Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação;
Auditoria e qualidade em sistemas de informação.

6.2 — A bibliografia necessária à realização da prova é a seguinte (Quando a mesma exista no Centro de Documentação da DGAP, os números indicados entre parêntesis a seguir a cada obra correspondem à respectiva cota.):

I) Tema «Gestão da informação e conhecimento da organização»:

A Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação, Variação, João Eduardo Quintela, Ed. Lisboa, FCA, 1998 (n.º 4579);

Strategic Planning for Information Systems, John Ward and Joe Peppard (n.º 4545);

II) Tema «Planeamento e gestão de projectos informáticos» — *Gestão de Projectos: Uma Perspectiva Integrada*, Victor Sequeira Roldão (2853);

III) Tema «Metodologias e técnicas de desenvolvimento de sistemas» — «Guia Metodológico para o Desenvolvimento de Software», Luísa Pereira, Instituto de Informática, 1996 (n.º 4574);

IV) Tema «Telecomunicações e redes de comunicação de dados»:

Engenharia de Redes Informáticas, Edmundo Monteiro e Fernando Boavida, FCA, 2000 (n.º 4578);

NetWork Security Essencials — Applications and Standards, William Stallings, ISBN: 0-13-016093-8, Prentice Hall (n.º 4581);

V) Tema «Gestão e administração de sistemas, base de dados e redes de comunicações» — *Tecnologia de bases de dados*, José Luís Pereira (n.º 4577);

VI) Tema «Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação»:

«Segurança dos sistemas e tecnologias da informação», Jorge Ferreira e Sebastião Alves (n.º 4575);

Website da Comissão Nacional de Protecção de Dados (<http://www.cnpd.pt>);

VII) Tema «Auditoria e qualidade em sistemas de informação» — «Auditoria de sistemas de informação», Alberto Carneiro (n.º 4576).

7 — Sistema de classificação final — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida no método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — Prazo — 10 dias úteis, contado da data da publicação do presente aviso, considerando-se válidos os requerimentos apresentados até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação, sendo entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, com aviso de recepção, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

8.2 — Local de apresentação:

No caso de entrega pessoal do requerimento de admissão — Direcção-Geral da Administração Pública, Avenida de 24 de Julho, 80, D, 1.º, em Lisboa;

No caso de remessa por correio — Apartado 2905, 1123-001 Lisboa.

8.3 — Forma de apresentação do requerimento — o requerimento de admissão, dirigido à directora-geral da Administração Pública e contendo a indicação da categoria a que concorre, deverá explicitar os seguintes elementos:

Nome, estado civil, residência, código postal, telefone, número e data de validade do bilhete de identidade;

Indicação da natureza do vínculo, quadro de pessoal a que pertence e categoria e nível que detém.

8.4 — Documentos a juntar ao requerimento — declaração devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação de candidaturas), passada pelo serviço de origem a que pertence da qual conste de maneira inequívoca:

A existência e a natureza do vínculo, a categoria e o nível detidos e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
As classificações de serviço relevantes nos períodos em referência.

8.4.1 — Outros documentos a juntar no caso de não ter sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso:

- Requerimento dirigido ao júri do concurso solicitando ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimimento da avaliação do desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através de ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma;
- Currículo profissional reportado ao(s) período(s) em que não foi objecto de avaliação, que deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos: as habilitações académicas e profissionais, as acções de aperfeiçoamento que tenha frequentado, com relevância para as funções que exerce, o conteúdo funcional da respectiva categoria e, bem assim, de outros cargos que tenha exercido, e finalmente a experiência profissional em áreas de actividade de interesse para as funções actuais.

9 — Aos candidatos pertencentes à Direcção-Geral da Administração Pública não é exigida a apresentação da declaração, a que se refere a alínea a) do n.º 8.4 do presente aviso, a qual é oficiosamente entregue ao júri pelo Serviço de Pessoal.

10 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos especiais de admissão exigidos no n.º 8.4 deste aviso determina a exclusão do concurso.

11 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas no Serviço de Relações Públicas da Direcção-Geral da Administração Pública, situado na Avenida de 24 de Julho, 80-G, em Lisboa.

12 — «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, pro-

videnciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.» (despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Março de 2000).

20 de Março de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Aviso n.º 3989/2006 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso misto para especialista de informática do grau 2, nível 1.* — 1 — Concurso — autorizado por despacho de 7 de Fevereiro de 2006 da directora-geral da Administração Pública, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, encontra-se aberto concurso interno de acesso misto para:

Categoria — especialista de informática do grau 2, nível 1;
Carreira — especialista de informática;
Serviço e local de trabalho — Direcção-Geral da Administração Pública, em Lisboa.

2 — Número de lugares — nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, foram fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — dois lugares, um dos quais destinado a funcionários pertencentes à dotação global da carreira de especialista de informática e o outro destinado a funcionários da carreira de técnico de informática, através da intercomunicabilidade vertical ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;

Quota externa — um lugar vago para funcionários da carreira de especialista de informática não pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública.

3 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento dos lugares mencionados, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Área funcional — informática.

5 — Composição do júri:

Presidente — engenheira Maria Teresa Ressano Garcia Vasques Castel-Branco, subdirectora-geral.

Vogais efectivos:

Dr.ª Esmeralda da Conceição Tavares Carvalho, directora de serviços, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Maria do Céu Freitas, assessora principal.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Helena Gouveia da Silva Azevedo, especialista de informática do grau 3, nível 2.

Dr. Armindo Nobre Monteiro, especialista de informática do grau 3, nível 2.

6 — Método de selecção — concurso de prestação de provas, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

6.1 — A prova de conhecimentos específicos revestirá a forma escrita, terá a duração máxima de cento e vinte minutos, incidindo sobre as matérias referentes aos temas abaixo indicados e constantes do programa de provas aprovado pelo despacho n.º 9266/2004, da directora-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 10 de Maio de 2004, a p. 7251:

Gestão da informação e conhecimento da organização;
Planeamento e gestão de projectos informáticos;
Metodologias e técnicas de desenvolvimento de sistemas;
Telecomunicações e redes de comunicação de dados;
Gestão e administração de sistemas, base de dados e redes de comunicações;
Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação;
Auditoria e qualidade em sistemas de informação.

6.2 — A bibliografia necessária à realização da prova é a seguinte:

I) Tema «Gestão da informação e conhecimento da organização»:

A Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação, João Eduardo Quintela Varajão, Ed. Lisboa FCA, 1998 (n.º 4579);

Strategic Planning for Information Systems, John Ward e Joe Peppard (n.º 4545);

II) Tema «Planeamento e gestão de projectos informáticos»:

Gestão de Projectos: Uma Perspectiva Integrada, Victor Sequeira Roldão (2853);

III) Tema «Metodologias e técnicas de desenvolvimento de sistemas»:

Guia Metodológico para o Desenvolvimento de Software, Luísa Pereira, Instituto de Informática, 1996 (n.º 4574);

IV) Tema «Telecomunicações e redes de comunicação de dados»:

Engenharia de redes Informáticas, Edmundo Monteiro e Fernando Boavida, FCA, 2000 (n.º 4578);

NetWork Security Essentials — Applications and Standards, William Stallings, Prentice Hall, ISBN: 0-13-016093-8 (n.º 4581);

V) Tema «Gestão e administração de sistemas, base de dados e redes de comunicações»:

Tecnologia de Bases de Dados, José Luís Pereira (n.º 4577);

VI) Tema «Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação»:

Segurança dos Sistemas e Tecnologias da Informação, Jorge Ferreira e Sebastião Alves (n.º 4575);

Website da Comissão Nacional de Protecção de Dados (<http://www.cnpd.pt>);

VII) Tema «Auditoria e qualidade em sistemas de informação»:

Auditoria de Sistemas de Informação, Alberto Carneiro (n.º 4576).

Nota. — Quando a mesma exista no Centro de Documentação da DGAP, os números indicados entre parêntesis a seguir a cada obra correspondem à respectiva cota.

7 — Sistema de classificação final — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida no método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — Prazo — 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso, considerando-se válidos os requerimentos apresentados até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação, sendo entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, com aviso de recepção, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

8.2 — Local de apresentação:

No caso de entrega pessoal do requerimento de admissão — Direcção-Geral da Administração Pública, Avenida de 24 de Julho, 80-D, 1.º, em Lisboa;

No caso de remessa por correio — Apartado 2905, 1123-001 Lisboa.

8.3 — Forma de apresentação do requerimento — o requerimento de admissão, dirigido à directora-geral da Administração Pública e contendo a indicação da categoria a que concorre, deverá explicitar os seguintes elementos:

Nome, estado civil, residência, código postal, telefone, número e data de validade do bilhete de identidade;

Indicação da natureza do vínculo, quadro de pessoal a que pertence e categoria e nível que detém.

8.4 — Documentos a juntar ao requerimento:

a) Declaração, devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação de candidaturas), passada pelo serviço de origem a que pertence da qual conste de maneira inequívoca:

A existência e a natureza do vínculo, a categoria e o nível detidos e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

As classificações de serviço relevantes nos períodos em referência;

b) Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias detidas [para os candidatos da quota interna nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001].

8.4.1 — Outros documentos a juntar no caso de não ter sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso:

a) Requerimento dirigido ao júri do concurso solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimimento da avaliação do desempenho rela-